

As principais tendências do ensino superior na Europa

O ensino universitário está a mudar muito na Europa, por razões diversas. As reuniões internacionais, que deram lugar ao Processo de Bolonha, pouco se inspiravam nos critérios intelectuais vigentes na origem das grandes universidades. Impôs-se uma visão dos estudos universitários com preponderância não de critérios humanísticos nem científicos, mas sociais e empresariais, mais ou menos pragmáticos. Ao fim de alguns anos, o suplemento universitário do “Le Monde” reflete sobre essa evolução, e apresenta cinco tendências principais que se impõem no presente e no futuro imediato das universidades.

Nalguns países, mantém-se a percepção de que as carreiras são cada vez mais longas, especialmente em certos cursos, relacionados com as ciências da saúde ou as engenharias. Mas a tendência generalizada seria antes a contrária, com a extensão de títulos adquiridos ao fim de três anos após o bacharelato. Torna-se pouco clara, assim, a fronteira entre a formação profissional clássica e os estudos universitários, com inquietantes consequências no plano da inovação, tradicionalmente mais ligada à Universidade que à Formação Profissional. Se bem que interesse muito a continuidade e a finalização dos estudos.

A experiência francesa é que 32% dos jovens que entraram na universidade em 1995 conseguiram um grau de licenciatura, contra 26% da promoção de 1989. Além disso, segundo o Observatório da vida estudantil, os alunos do 1º ciclo tendem a projetar-se no futuro: se em 2010 só 22% esperavam chegar a uma titulação “bac +6”, em 2013 foram 32%.

Não obstante, são muito variadas as expectativas laborais depois da graduação: a diferença em obtenção de emprego varia de 1 para 3 de um diploma em artes, para um título em finanças ou contabilidade.

Como se sabe, o princípio de alternância entre educação e trabalho foi predominante na Formação Profissional alemã, com excelentes resultados. Noutros países da Europa, suprimiram-se praticamente os restos da antiga formação de “aprendizes”. Em França, pretende-se transferir essa experiência para os graus universitários, desde a reforma de 1987 protagonizada

pelo então Ministro do Trabalho Philippe Séguin: abriu a figura a todo o tipo de estudos, incluindo os universitários, para obter diplomas alternando períodos académicos e práticas empresariais.

O número de “aprendizes” – num sentido amplo do termo – aumentou 57% de 2005 a 2010, até ultrapassar 120.000 inscritos em 2011. Embora a alternância não seja excluída em programas gerais, refere-se sobretudo a especialidades muito profissionalizadas, como as novas tecnologias ou atividades de gestão. O seu valor não é indiferente nos CV apresentados pela primeira vez para conseguir um emprego fixo. É, talvez, um valor educativo em alta.

Por volta de 2000, começaram a proliferar os cursos de formação através dos meios audiovisuais, com exercícios interativos nos blogues dos professores; em geral, cresceu a disponibilidade de recursos pedagógicos e formativos na Internet, até chegar à formação gratuita aberta, conhecida pelo acrónimo inglês: *MOOC (Massive online Open Courses)*.

Estes programas desenvolvem-se completamente *online*, e chegam a milhares de participantes. Constituem a maior tentativa contemporânea de abrir o ensino universitário a qualquer pessoa, independentemente das suas qualidades pessoais, origem ou lugar de residência.

Mas, em França, apenas 3% das universidades oferecem *MOOC*, contra 80% das dos Estados Unidos. Tendo em conta estes dados, o Ministério do Ensino Superior lançou, em outubro de 2013, a plataforma *France Université Numérique (FUN)*, com uma vintena de cursos elaborados também por centros de prestígio como Sciences Po, ou o Conservatório Nacional de Artes e Ofícios.

Alguns vaticinam que os *MOOC* vão acabar com o ensino tradicional, e as suas lições magistrais. Mas, apesar do recurso contínuo dos estudantes à informação proporcionada na Internet, o futuro é mais complexo. Entre as limitações destes cursos, encontra-se o importante dado de que menos de 10% dos alunos matriculados nestes programas os terminam.

Outra tendência dominante na Europa é a internacionalização: um em cada três estudantes de mestrado efetuou a sua formação fora do seu próprio país. As mais importantes formações têm origem nos programas Erasmus, que permitem fazer um semestre ou um ano numa universidade estrangeira.

Além disso, têm vindo a crescer os graus conjuntos de duas ou mais universidades, que podem obter-se através de frequências periódicas nos diversos *campus*.

A abertura internacional revela-se também no facto de mais cursos serem dados em inglês.

Outro traço distintivo da universidade do século XXI é a interdisciplinaridade. Começou no âmbito da investigação, como recurso indispensável para o avanço de ciências mais ou menos conectadas nos seus conteúdos. Mas incide cada vez mais na configuração de planos de estudos, para responder às necessidades de uma sociedade complexa.

Obviamente, é preciso optar entre orientações radicalmente diversas, mas sente-se fortemente a proximidade de disciplinas antes afastadas, como a história e a literatura, ou a biologia e a matemática. Esta realidade determina a configuração de licenciaturas transversais, assim como das duplas licenciaturas: não só em direito e economia; também em direito e línguas, ou em artes e letras.

(com autorização de

www.aceprensa.pt)

Jacques Testart: a utopia do bebé sem defeitos

O biólogo francês Jacques Testart ficou famoso em 1982, por ser quem tornou possível cientificamente a conceção do primeiro “bebé-proveta” em França. Aos seus 75 anos, ateu, ideologicamente bastante à esquerda, publica agora um livro, “Faire des enfants demain” (Ed. Le Seuil), que constitui uma séria chamada de atenção perante o uso da fecundação artificial para resolver problemas não médicos ou com fins eugenésicos.

Numa longa entrevista que lhe faz Anne-Laure Barret em “Le Journal du Dimanche” (18.3.2014), Testart mostra a sua inquietação com o “fabrico de crianças”. Receia que os piores pesadelos possam tornar-se realidade, apoiados num suposto progresso médico: os humanos poderiam ser rapidamente selecionados como os animais domésticos ou o gado.

Não está arrependido com a sua colaboração na procriação medicamente assistida. Pensa que, graças à fecundação *in vitro* (FIV), muitos casais estéreis puderam ter filhos. Mas, atualmente, denuncia os excessos da medicalização no nascimento de seres humanos: “Quase um terço das FIV são feitas sem indicação médica e, portanto, são abusivas; se esperassem um pouco, muitos casais conceberiam um filho no seu próprio leito”.

Jacques Testart manifesta a sua opinião negativa sobre a procriação assistida em prol de casais homossexuais, assunto

amplamente debatido em França. Considera uma escravatura aceitar a maternidade de aluguer para dar filhos aos homens, e um abuso de poder a inseminação artificial para mulheres. Na sua opinião, abre a porta à eugenia. Não se trata de uma política de Estado, como noutros momentos históricos, mas de um eugenismo suave, democrático, sem dor.

“Um dia, os seus filhos serão selecionados para evitar a miopia”, escreveu Testart em 1986 na obra “L’Oeuf transparent”, quando a reprodução assistida dava os seus primeiros passos. Acrescenta agora: “A realidade ultrapassou os meus receios: na Grã-Bretanha, pode-se fazer um diagnóstico pré implante sobre um embrião concebido através de FIV para evitar o estrabismo; nos Estados Unidos, para escolher o sexo do futuro filho”. A França é um país mais rigoroso em matéria de bioética, mas os diagnósticos genéticos são cada vez mais amplos: “É possível eliminar os embriões portadores de um gene patológico, e também os que mostram riscos estatísticos de cancro. Mas todos nós possuímos fatores de risco para muitas doenças graves”.

Torna-se quase inevitável para a entrevistadora estabelecer a comparação do que defende Jacques Testart com a posição dos católicos. De facto, pergunta-lhe se se está a juntar à “cruzada pelo embrião”. Mas o biólogo recorda a sua condição de homem de esquerda e o seu ateísmo. Aquilo que o inquieta é o fabrico de seres humanos por medida.

Grave seria a perda de diversidade entre os humanos, com os seus genomas cada vez mais “normalizados”. Essa clonagem social levaria a uma uniformidade perigosa a longo prazo. “De acordo com Darwin, a espécie sobrevive apenas através da diversidade, porque há sempre indivíduos capazes de resistir à fatalidade”. Por outro lado, “certas patologias eliminadas estão acopladas a genes resistentes a outras doenças. Numa tentativa de proteção para tudo, caminha-se para a catástrofe”. Mais prudente lhe parece a Testart manter a limitação atual da legislação francesa, que permite utilizar o diagnóstico pré-natal apenas para uma doença própria do parceiro.

Ideias semelhantes reitera na entrevista de Daniele Zappalà, publicada no diário italiano “Avvenire” (7.3.2014), onde se debruça sobre “a utopia dos filhos perfeitos”. Mostra o paralelismo entre a eugenia histórica, dolorosa e autoritária, como na Alemanha nazi, e a atual eugenia democrática e privada, “na qual os pais exigem uma criança normal, eliminando embriões anormais”.

Ao mesmo tempo, adverte para o abuso que implica empregar técnicas nascidas com uma finalidade médica para objetivos diversos, por exemplo, o congelamento de óvulos de mulheres que não têm qualquer problema de saúde, mas que, por motivos profissionais ou de outra índole, querem adiar o nascimento dos seus filhos: “Não é um problema médico, mas um tema social. Dever-se-ia exigir ao empregador que não impeça a promoção de mulheres com filhos. Mas não é tarefa dos médicos resolver esse tipo de situação”.

“Por una economía del bien común”

“L’economia del bene comune”

Autor: Stefano Zamagni
Ciudad Nueva. Madrid (2012)
338 págs.
Tradução (castelhano):
Isaías Hernando.

Stefano Zamagni, professor de Economia Política na Universidade de Bolonha e na Johns Hopkins University, é um académico reconhecido mundialmente pelo seu empenho em superar o paradigma que nos legou a modernidade em matéria de teoria económica. Em “Por una economía del bien común”, que recolhe alguns artigos escritos com motivos diversos e que se referem a uma grande quantidade de temas, Zamagni procura reconsiderar os postulados antropológicos do discurso económico, tendo por objetivo ultrapassar o modelo dicotómico de ordem social, isto é, aquele que identifica o Estado com os interesses públicos e o mercado com os privados.

Zamagni serve-se do exemplo do humanismo italiano e da chamada economia civil para diferenciar entre capitalismo e economia de mercado. Apresenta um modelo preocupado em orientar a atividade do mercado para o bem comum e por promover as virtudes cívicas na sociedade civil: a confiança, a reciprocidade e a fraternidade. Com efeito, a ideia central deste livro é que a doutrina do bem comum é o “único caminho” para humanizar a economia, cujo fundamento é o princípio de reciprocidade, segundo o qual é possível “dar sem perder e receber sem tirar”.

A crise dos últimos anos acelerou a necessidade de um novo paradigma hermenêutico no âmbito da economia, que lhe devolva a sua dimensão política e social. Isto pressupõe uma viragem antropológica que resgata a reciprocidade em face da troca. O princípio de reciprocidade vai além do plano objetivo dos bens materiais (ter, receber, dar) para alcançar um âmbito intersubjetivo mais profundo, o das relações humanas (o “ser com”), tornando possível a felicidade, que, como indicava Aristóteles, depende dos bens relacionais (amor, amizade, confiança, compromisso cívico, etc.). No paradigma do bem comum, o interesse de cada um é alcançado junto do dos outros, e não contra ele (como acontece com o bem privado), nem prescindindo do interesse dos outros (como ocorre com o bem público).

A doutrina social da Igreja promoveu desde o início este paradigma, ao defender não só uma ordem social justa, como também fraterna, que assegure a convivência social e especialmente a vida em comum. Como recorda o autor, “a ética, muito antes de se ocupar da enunciação de princípios e da sugestão de regras, é uma morada, uma casa onde temos de cuidar de nós próprios e dos outros; numa palavra, do bem humano”. Neste contexto, a “Caritas in veritate”, a cuja

elaboração prestou assessoria o próprio Zamagni, é uma chave de leitura importante para a crise atual. A encíclica de Bento XVI oferece pistas para sair dela, ao colocar no centro do saber prático o princípio do dom ou, por outras palavras, devolvendo à esfera pública o princípio da gratuidade, que mais do que ético é “supraético”, pois não responde à lógica da equivalência, mas da superabundância.

Embora estes artigos não tenham sido escritos inicialmente para formar uma obra unitária, nas palavras do autor, “aparecem como etapas de uma longa reflexão, ainda longe de terminar, sobre o espaço que lhe cabe na categoria de pessoa humana no discurso económico”, uma empresa inevitável hoje, que reclama uma abordagem integral e interdisciplinar. A leitura reflexiva desta obra é uma grande oportunidade para manter um diálogo com um dos académicos que, com maior clareza, detetou as aporias da teoria económica moderna e o esgotamento de um modelo; isso por, na sua opinião, “o século XXI expressar fortemente a necessidade de um novo humanismo”.

G. S.

